



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO - PRE/DG/SGA/NUP**LICITAÇÃO POR PREGÃO N.º 48/2022****SEI N° 0005408-15.2022.6.05.8000****RECURSO ADMINISTRATIVO**

Trata-se de recurso administrativo interposto tempestivamente por meio do Portal de Compras do Governo Federal, pela empresa Every TI – Tecnologia & Inovação Ltda., Pessoa Jurídica de Direito Privado, CNPJ: 08.925.028/0001-41, estabelecida na SHN Quadra 1, Lote A, Bloco F, Sala 1604, Edifício Vision Work & Live, Asa Norte - Brasília – DF CEP 70.701-060, neste ato por seu representante legal, Sr. João Eduardo Nery de Oliveira, inscrito no CPF sob nº 014.666.137-00 e Módulo Security Solutions – em Recuperação Judicial vêm, tempestivamente, com fulcro no inciso XVIII do art. 4º da Lei Federal 10.520/2002 e, alínea “a” do inciso I, do art. 109, da lei 8.666/93, contra a decisão do Pregoeiro que a habilitou no certame para o item 1, a empresa Midnal Serviços de Tecnologia da informação Ltda - pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 17.879.226/0001-07, com sede no Setor SRTVN, Quadra 702 Conjunto P, SN - SLJ 40 Ed. Brasília, Brasília- DF CEP 70.719-900, concernente ao Pregão nº 48/2022, deste Tribunal, que trata da Contratação de serviços de consultoria em segurança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para implantação de um, Sistema de Gestão da Segurança da Informação e Privacidade (SGSI/SGPI) no TRE-BA, em conformidade com as normas ISO 27.001 e 27.701:2019.

1 – DAS RAZÕES DO RECORRENTE.

Inicialmente, cabe salientar que as empresas recorrentes, registraram as intenções de recursos de forma imediata e motivada no momento e prazo oportunos através do sistema www.gov.br/compras, conforme documento juntado ao SEI, sendo aceito pelo Pregoeiro por entender que os requisitos de admissibilidade foram devidamente atendidos.

Na defesa de suas razões, as recorrentes descrevem a ocorrência do fato, em síntese alega o descumprimento das exigências editalícias no que diz respeito à qualificação técnica operacional, e nesta trilha analisa pormenorizadamente os atestados apresentados expondo os motivos que no seu entender são incompatíveis com a condição 11.1.7 do Edital, segundo o disposto na peça recursal (doc 2077260 pág 4 a 6).

Além do exposto acima, a recorrente Every TI – Tecnologia & Inovação Ltda apontou impropriedade na Habilitação Jurídica, sob o argumento de que a empresa vencedora do Certame não apresentou a documentação exigida no item 11.1.3, b do edital. Como também, se manifestou pela inexecuibilidade da proposta, pelo fato do valor ofertado situar no patamar de 27,9% do valor estimado pela Administração.

“1.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL

“Os referidos documentos não comprovam expertise e qualificação em técnica quanto ao seguinte requisito do edital: “comprovando a experiência e qualidade na implementação, manutenção e melhoria contínua de um Sistema de Gestão de Privacidade da Informação (SGPI) em conformidade com a norma ISO 27.701 e estabelecimento, implementação, manutenção e melhoria contínua de um Sistema de Gestão em Segurança da Informação em conformidade com a norma ISO 27.001”, uma vez que nenhum documento trata quanto a tais pontos. Em razão disso, não devem ser levados em consideração para fins de aferição de qualificação técnica.”

1.2 Quanto às razões do inconformismo apresentado pela empresa Módulo Security Solutions – em Recuperação Judicial, além da capacidade técnica operacional e da inexecutabilidade da proposta, destacamos a ausência da declaração a que se refere a condição 11.1.7, *a*.

II – DAS CONTRARRAZÕES

Na apresentação das contrarrazões, a recorrida corrobora os procedimentos adotados pelo pregoeiro, confirmando o atendimento as normas do edital, afirmando que os documentos apresentados são suficientes para comprovar a capacidade técnica da empresa; e para fundamentar suas alegações, discorre sobre regramento dos atestados de qualificação técnica insculpido no art 30 da lei 8.666/93 conforme abaixo:

“Todos os atestados apresentados atendem na íntegra ao edital, na medida em que referem-se a serviços compatíveis com o objeto do edital, comprova a prestação de serviços de forma satisfatória, sendo os atestados referentes aos serviços prestados na âmbito da atividade econômica da MIDNAL INOVAÇÃO E GESTÃO o qual foram expedidos em acordo com os contratos, pelo menos, 01 (um) ano do início de sua execução, exceto os que foram firmados para ser executados em prazo inferior, portanto não há óbice alguma na aceitação dos mesmos”

A Administração, segundo dispõe o Art. 30 da Lei nº 8666/93, é facultada a solicitação de atestados de capacidade técnica, limitados à comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, o que significa dizer que, limita a amplitude do que pode ser solicitado dos licitantes como quesito habilitatório, ou seja, a Administração pode exigir, como efetivamente o fez, o que atende de forma rigorosa a legalidade e contempla o princípio que impõe a Administração PRESERVAR A ISONOMIA E ESTIMULAR A MAIOR COMPETITIVIDADE POSSÍVEL SEGUNDO OS DITAMES DO ART. 3º DA LEI 8.666/93..

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

Quanto à inexecutabilidade da proposta a recorrida manifesta-se da forma abaixo, demonstrando ter conhecimento dos serviços a serem prestados e dos custos envolvidos:

A EVERY TI TECNOLOGIA & INOVAÇÃO EIRELI está inconformada com o resultado da sessão de lances e busca a desclassificação da proposta mais vantajosa para esta autoridade. Apresentou alegações absurdas, tentando induzir a erro o Pregoeiro, ensejando a inexecutabilidade da proposta comercial a declarada vencedora MIDNAL INOVACAO E GESTAO. Um julgamento demasiadamente formalista e desconsiderador dos princípios basilares que regem os procedimentos licitatórios, visando seu próprio interesse.

“E mais, as razões do recurso, de modo confuso, alegam que os preços são insuficientes, por óbvio, que a interpretação adotada pela empresa EVERY TI TECNOLOGIA & INOVAÇÃO EIRELI trará maiores despesas ao erário e até mesmo, com a possibilidade de se sagrar vencedora com proposta de prestação de serviços com valor superior àquele oferecido pela empresa MIDNAL INOVACAO E GESTAO, em clara e direta ofensa ao interesse maior do processo licitatório, que é a busca pela obtenção da maior vantagem para a Administração.

Com relação às alegações acima aduzidas, data vênua, sugerimos a EVERY TI TECNOLOGIA & INOVAÇÃO EIRELI que analise os seus custos, pois a MIDNAL INOVACAO E GESTAO está inteirada de suas obrigações, quanto aos serviços a serem fornecidos, e a serem prestados.

III- DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Dos Fundamentos da Decisão do Pregoeiro.

Analisando o recurso apresentado pela empresa licitante, em confronto com as exigências relacionadas aos atestados de capacidade técnica, e por se tratar de matéria que demanda conhecimento especializado, o pregoeiro os submeteu ao crivo da área técnica que opinou favoravelmente pela aceitação dos citados documentos. Conforme manifestação (doc 2091555) a qual transcrevo abaixo na íntegra abaixo:

Após a análise dos recursos interpostos pelas licitantes EVERY TI TECNOLOGIA & INOVAÇÃO EIRELI e MÓDULO SECURITY SOLUTIONS – Em Recuperação Judicial, tecemos as seguintes considerações:

Alega a recorrente EVERY TI, no item 5.1 (documento nº 2077260), que a licitante vencedora apresentou documentos habilitatórios em desconformidade com as exigências do Edital em seu item 6.1.1:

“6.1.1. A licitante deverá declarar que possui qualificação e experiência comprovada em consultoria objeto da presente contratação, além de equipe técnica qualificada, certificada por entidades internacionais e com atuação em projetos de natureza similar”.

Em que pese não constar no rol dos documentos comprobatórios apresentados pela licitante vencedora a referida declaração, s.m.j, não vislumbramos motivo para inabilitação da licitante, desde que o documento seja apresentado e anexado ao devido processo.

Quanto ao item 5.2, a recorrente argumenta que a licitante MIDNAL apresentou atestados de capacidade técnica em desalinho ao quanto exigido no edital nos itens 6.1.5 e 6.1.6:

“6.1.5. A licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando a experiência e qualidade no estabelecimento, implementação, manutenção e melhoria contínua de um Sistema de Gestão em Segurança da Informação em conformidade com a norma ISO 27.001 ou atualização posterior

6.1.6. A licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a experiência e qualidade na implementação, manutenção e melhoria contínua de um Sistema de Gestão de Privacidade da Informação (SGPI) em conformidade com a norma ISO 27.701 ou atualização posterior.”

Conforme disposição da Lei de Licitações, abaixo transcrita, a qualificação técnica deve ser analisada de modo a não restringir a participação de qualquer interessado no certame, desde que comprovado o atendimento ao objeto editalício.

“Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

(...)

§ 5o É VEDADA a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão COM LIMITAÇÕES DE TEMPO OU DE ÉPOCA ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, QUE INIBAM A PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.” (GRIFEI).

Partindo desse princípio, verifica-se que tomando como base o certificado apresentado pela empresa R30 REGISTRO ELETRÔNICO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA,, de fato, o mesmo atende aos

requisitos do Edital, senão vejamos:

O atestado contempla (página 14 do doc. nº 2070322, item 1 – Objeto(s)) o serviço de implementação da norma ISO 27001.

“1. Implementação e capacitação relativa à normas ISO 27001 (Segurança da Informação);” abrangendo, ainda, os seguintes serviços:

“1. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS:

1.

Apoio consultivo de implantação/adequação, auditoria interna, acompanhamento de auditoria externa, análise e proposição de controles e repasse de conhecimento e treinamento correlatos as seguintes normas ISO:

1.

ISO 27001 – Segurança da Informação;

2.

Definição de todos os controles da norma; e

3.

Apoio com responsabilidades contínuas de Security Officer.”

Note-se que a MIDNAL participou no processo de implementação e capacitação relativa à norma ISO 27001, bem como acompanhou a auditoria externa, requisito para a certificação ISO, restando comprovada sua qualificação para tanto, inclusive atendendo ao requisito de melhoria contínua (apoio com responsabilidades contínuas de *Security Officer* e operação continuada de *Compliance Officer* e todas as suas iniciativas e responsabilidades correlatas, afastando a alegação da recorrente quanto ao não-alinhamento ao Edital.

Da mesma forma, o atestado apresentado pela TRIX HD ADMINISTRAÇÃO SISTEMAS E SUPORTE LTDA (TELIX) é explícito ao mencionar que foram prestados serviços de consultoria continuada por 12 meses, além de mencionar no seu objeto a implantação de controles LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), ISO 27701 (Proteção de dados) e controles e padrões ISO 27001 (Segurança da Informação).

Com relação à norma ISO 27701, relativo ao item 6.1.6 do edital, o atestado do INSTITUTO DE APRENDIZAGEM NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS LTDA (GALOIS) comprovou a capacitação da licitante MIDNAL através do implantação dos controles LGPD/ISO 27701, além de apoio à estruturação do *Data Protection Officer* daquela empresa, com fornecimento de canal de proteção de dados independente e avaliação de diagnóstico de Segurança da Informação e LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), que são justamente o objeto para implantação daquele normativo, em atendimento às melhores práticas preconizadas por modelos de referência (ITIL, COBIT, PMBOK, etc.).

Na mesma linha de raciocínio, entendo que, ante à inexistência de novos fatos que comprovem inequivocamente os argumentos alegados (além dos já expostos no recurso da EVERY TI), o recurso apresentado pela licitante MÓDULO SECURITY SOLUTIONS **também não procede**.

Neste contexto, manifesto-me pelo atendimento dos itens relativos à Qualificação Técnica, 6.1.5 e 6.1.6 do edital, uma vez que foi comprovada a experiência e qualidade na implementação e manutenção e melhoria contínua tanto do SGSI (ISO 27001) quanto do SGPI (ISO 27701).

Por fim, ressalto que a análise foi feita exclusivamente com relação aos aspectos técnicos dos atestados apresentados, não abrangendo os demais itens levantados (tais como habilitação jurídica e inexecutabilidade da proposta).

No que tange ao descumprimento da Habilitação Jurídica, as alegações da recorrente não tem fundamento uma vez que a documentação exigida no item 11.1.3 alínea **b** foi atendida pelo SICAF. (doc 2070322 pá 5).

Quanto a inexecutabilidade da proposta, em suas contrarrazões a recorrida se manifestou nos seguintes termos:

Com relação às alegações acima aduzidas, data vênua, sugerimos a EVERY TI TECNOLOGIA & INOVAÇÃO EIRELI que analise os seus custos, pois a MIDNAL INOVACAO E GESTAO está inteirada de suas obrigações, quanto aos serviços a serem fornecidos, e a serem prestados.

Por derradeiro, a licitante Módulo Security Solutions – em Recuperação Judicial argumentou sobre fato da empresa vencedora não enviar a declaração a exigida na condição 11.1.7, alínea **a**. Acerca dessa ocorrência informo que a aludida declaração não se trata de documento de habilitação, podendo ser enviada em momento diverso da sessão do pregão. Realizada diligência para preenchimento da lacuna, cabe informar que o licitante enviou a declaração para o e-mail do pregoeiro e que a mesma será publicada no site do Tribunal no endereço www.tre-ba.jus.br, para conhecimento dos interessados.

IV- DA CONCLUSÃO.

Diante do exposto acima entende o Pregoeiro que os recursos interpostos pelas empresas **Every TI – Tecnologia & Inovação Ltda e Módulo Security Solutions – em Recuperação**

Judicial, não merecem acolhimento, em razão dos argumentos por ela apresentados carecerem de comprovação, visto que estes não encontram sustentáculo na lei 8.666/93, tampouco no instrumento convocatório, que sejam capazes de reverter a habilitação da empresa vencedora do item em apreço.

Deste modo manifesto pela improcedência dos recursos apresentados pelas recorrentes, e mantenho a habilitação da empresa vencedora, **Midnal Serviços de Tecnologia da informação Ltda.**

É a manifestação, que ora submete-se à análise do Senhor Diretor-Geral deste Regional.

De ordem, à Assessoria Especial do Diretor-Geral.

Salvador, em 15 de setembro de 2022.

Gilson Soares da Conceição



Documento assinado eletronicamente por **Gilson Soares da Conceição, Analista Judiciário**, em 15/09/2022, às 11:38, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2099133** e o código CRC **E5EDF34F**.